

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 708 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

- OBJETIVO:
- Reincorporar à malha rodoviária federal trechos de rodovias transferidos aos Estados e ao Distrito Federal em função da MP 82, de 7 de dezembro de 2002, que atendam aos requisitos estabelecidos no **Art. 16 da Lei 12.379 de 06 de janeiro de 2011**

Lei 12.379 – Art. 16:

Institui a **Rede de Integração Nacional - RINTER**,
composto por rodovias que atendam a um dos critérios:

- I - promover a integração regional, interestadual e internacional;
- II - ligar capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal;
- III - atender a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e
- IV - prover ligações indispensáveis à segurança nacional.

Histórico

Em 7 de dezembro de 2002 foi editada a MP-82 que possibilitou:

- Programa de transferência de 14.506 Km de rodovias da malha federal para os estados que a ele aderissem;
- Repasse de R\$ 130 mil/Km (valor à época), atualizado estimado em R\$ 300 mil/Km;
- 15 Estados aderiram ao programa;
- Apenas Pernambuco absorveu integralmente a sua malha de 350,5 Km.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 708 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

MEDIDA PROVISÓRIA 82 ESTADOS DA FEDERAÇÃO INTEGRANTES DA MP 82

ITEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (KM)
1	MINAS GERAIS	6.000,30
2	RIO GRANDE DO SUL	1.987,80
3	BAHIA	1.411,20
4	PARANÁ	945
5	MARANHÃO	715,1
6	MATO GROSSO DO SUL	685,6
7	GOIÁS	619,2
8	TOCANTINS	388,9

ITEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (KM)
9	PERNAMBUCO	350,5
10	PIAUÍ	299,2
11	ESPÍRITO SANTO	292,8
12	AMAZONAS	265,9
13	PARAÍBA	242
14	RORAIMA	187,7
15	RONDÔNIA	115
TOTAL		14.506,20

Histórico

- A medida provisória Nº 82/2002 foi vetada em maio de 2003 por decisão do Presidente da República
- Com o veto surgiram questionamentos sobre a responsabilidade da administração e manutenção da malha rodoviária integrante da MP 82 de 2002;

Histórico

- Para manter boa trafegabilidade nestas rodovias foi editada a Lei 11.314/2006, que autorizava o DNIT, a investir recursos, nos referidos trechos rodoviários, até 31/12/2006.
- Esta autorização foi prorrogada sucessivas vezes para: 31/12/2008, 31/12/2010, 31/12/2012 e a última estabelecida pelo art. 19, Lei 12.833/2013 para 31/12/2015.

Histórico

➤ A **Lei nº 12.833**, de **20 de junho de 2013**, autorizava o DNIT a aplicar recursos federais nas rodovias da MP 82, até a data de 31/12/2015

➤ A **Lei nº 12.872**, de **24 de outubro de 2013**, reconhece a **titularidade dos Estados e do Distrito Federal** sobre a malha rodoviária que lhes foi transferida pela União com base no disposto na MP 82, a partir da data de assinatura dos termos de transferência.

✓ Reconhece também que os **recursos repassados** tiveram **natureza indenizatória**

Histórico

O processo de discussão para elaboração da MP-708,

- ✓ Primeira reunião com representantes dos estados em fevereiro de 2015;
- ✓ Segunda reunião com os estados em novembro de 2015;

Em 30 de dezembro de 2015, foi editada a MP-708 que:

Autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002

Situação Atual

- Discussão da elaboração do Decreto que regulamenta a MP;
- Discussão, pela Casa Civil em conjunto com os Ministérios do Planejamento e dos Transportes, para a definição da malha a ser reincorporada ao âmbito Federal e a que permanece com os Estados

Muito Obrigado

Secretaria de Gestão do Ministério dos Transportes

Luciano Castro

Secretario

Telefone: 61 – 2029 7759

E-mail: seges@transportes.gov.br